

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da vossa acção política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça»?

*A República é igualdade de todos sem distinções de carteira, de geografia, de cor da pele ou de crenças. O Bloco de Esquerda é um partido assumidamente comprometido com este entendimento da democracia republicana. Há dois planos principais em que o programa eleitoral do Bloco de Esquerda traduz esse compromisso. O primeiro é na centralidade que conferimos ao robustecimento dos serviços públicos. Além do reforço do SNS e da escola pública, o Bloco traz para estas eleições as propostas de criação de um Serviço Nacional de Cuidados – que permita uma universalidade efetiva do acesso a cuidados, designadamente na infância e na velhice – de um Serviço Nacional de Habitação – que permita que o direito à habitação de todos prevaleça sobre a seleção social e económica do mercado de habitação – e de um Serviço Nacional de Justiça, centrado sobre o acesso efetivo ao bem público Justiça sem distinção de fortuna e de poder social. O segundo plano é o da luta contra as discriminações e à diminuição dos direitos que elas impõem. A democracia republicana exige políticas que combinem a igualdade com a valorização da diferença em matéria de diversidade étnica, em matéria de género, em matéria de opção sexual, em matéria de diferentes capacidades funcionais, etc. O programa eleitoral do Bloco inclui propostas fortes para cada um destes campos, na perspectiva da erradicação das discriminações.*

2. São favoráveis à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

*A Concordata é a expressão de um tempo de hegemonia da religião católica no plano dos cultos religiosos em Portugal e de uma relação entre o Estado e a Igreja Católica pautada por esse princípio de diferenciação. O nosso tempo já não é esse e a Lei da Liberdade Religiosa tem precisamente o sentido de acolher uma realidade de diversidade sem hegemonia. Deve, pois, ser uma lei norteadada pelo princípio da laicidade do Estado e pela igualdade entre os vários credos religiosos que deve ser o pilar da regulação das relações entre o Estado e as diferentes confissões.*

3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

*O conhecimento do fenómeno religioso enquanto realidade social e culturalmente relevante e das diferentes matrizes religiosas enquanto elementos de conformação de culturas e de práticas sociais devem ocupar um lugar na formação escolar. Outra coisa é um ensino de natureza confessional, para mais seletivo, que é algo que colide frontalmente com o princípio*

*da laicidade do Estado (e da escola pública, por inerência). O Bloco de Esquerda é inequivocamente contra este desvirtuamento da democracia republicana.*

4. Concordam com o fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas e universidades, entre outras)?

*A pretexto de um suposto respeito pelas “tradições” ou pela “identidade cultural” do país, essas cerimónias religiosas são, por regra, expressões de nostalgia por um tempo de tutela religiosa do Estado e das instituições públicas. Uma saudável laicidade passa por denunciar o caráter datado e construído dessas práticas, autonomizando o Estado de quaisquer tutelas.*

5. São favoráveis à revogação das amplas isenções fiscais de que gozam as comunidades religiosas, nomeadamente em sede de IVA e de impostos patrimoniais?

*Totalmente favoráveis. Não faz qualquer sentido um tratamento fiscal das comunidades religiosas diferente do que é aplicado à generalidade das entidades coletivas tributadas em Portugal. Se há lugar a tratar com especificidade a prestação de serviços úteis à comunidade, isso não passa por uma discriminação fiscal favorável à comunidade religiosa enquanto tal.*

6. Concordam com a concretização da legalização da morte assistida na próxima legislatura?

*O Bloco de Esquerda esteve na primeira linha deste combate. Fomos o primeiro partido a apresentar um projeto de lei de despenalização da morte assistida e desenvolvemos uma intensa articulação com outros partidos favoráveis a esta decisão, conseguindo que a Assembleia da República aprovasse, por larga maioria, uma lei que constitui um marco histórico na luta pela tolerância e pela igualdade em Portugal. Sabemos que a direita mais retrógrada não desistirá de mover toda a sua influência para resistir a este passo. O Bloco tudo fará para que o país tenha, a breve trecho uma lei tolerante e rigorosa que não obriga ninguém e que respeita a vontade livre e consciente de todos relativamente ao seu fim de vida.*

7. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o nº1 do artigo 251 e o nº2 do artigo 252)?

*Uma democracia republicana sólida deve cuidar da prevalência da liberdade de expressão e opinião e de não permitir que códigos morais sempre datados se sobreponham a essa liberdade essencial. Ao mesmo tempo, a estima pela diversidade exige a defesa das minorias contra usos ardilosos da lei – e da lei penal em especial – por uma extrema direita apostada em perseguir minorias e em criar alarme social em torno da diversidade étnica e religiosa. Devemos, pois, atentar devidamente em que a extrema direita não se coibirá de usar a lei e de*

*invocar mesmo a laicidade do Estado para criar dispositivos de agressão a comunidades culturais e religiosas estranhas ao nativismo reacionário das identidades únicas. O Bloco de Esquerda combaterá firmemente todos esses estratagemas e bater-se-á pela liberdade e pela dignidade de todos.*